

Plano de Ação

PARLAMENTAR 2027 - 2030



MATO GROSSO DO SUL · 2026

ANDRÉ Campos 2210

DEPUTADO FEDERAL

CORAGEM QUE DEFENDE NOSSOS **VALORES**



QUEM É ANDRÉ CAMPOS

André de Arruda Campos nasceu em Corumbá, em 25 de outubro de 1981. É empresário, pastor e pai de três filhos. Sua família atua no comércio de Corumbá há três gerações.

Em 2000, mudou-se para São Paulo, onde se formou Técnico em Ótica pelo Senac. Voltou a Corumbá em 2002 para trabalhar nos negócios da família. Em 2003, casou-se com Fernanda da Cruz Campos. O casal tem três filhos: Ana Clara, Isac e Pedro.

Vida empresarial

Ampliou a atuação da Ótica Campos, trouxe a franquia Óticas Carol para Corumbá e, em 2015, fundou a Suntech, empresa do setor de energia solar.

Vida religiosa

Foi consagrado pastor em 2010 pela Comunidade Monte Sião, onde desenvolveu trabalho de acompanhamento de famílias. Em 2017, foi eleito presidente do Conselho Regional de Ministros do Evangelho, o COREME.

Representação empresarial

Assumiu em 2020 a presidência da Associação Comercial e Empresarial de Corumbá, a ACIC, entidade fundada em 1910.

Serviço público

Em 2019, atuou como secretário-adjunto de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Corumbá. Em 2024, foi candidato a prefeito da cidade.

Essa trajetória ajuda a explicar as prioridades deste plano: fronteira e segurança, família e educação, apoio a quem produz, energia, saúde, interior e Pantanal.



POR QUE DECIDI DISPUTAR UMA VAGA EM BRASÍLIA

Decidi disputar uma vaga na Câmara dos Deputados porque muitos problemas que pesam na vida de Mato Grosso do Sul dependem também de decisões federais.

O controle das fronteiras internacionais, as leis penais, o Orçamento da União, parte importante do financiamento do SUS, as diretrizes nacionais da educação e boa parte das decisões sobre crédito e infraestrutura federal passam por Brasília.

Mato Grosso do Sul já tem obra, programa e projeto em andamento em quase todas as áreas deste plano. E quase todos dependem, em alguma etapa, de uma decisão federal: orçamento, repasse, licença, concessão, marco legal ou emenda parlamentar.

Um deputado não resolve tudo sozinho. Mas pode apresentar propostas, votar, destinar emendas, fiscalizar recursos e cobrar o Governo Federal. É essa parte que eu estou prometendo, e só ela.

Minha trajetória foi construída principalmente no setor privado, na igreja e na representação empresarial. Também tive uma passagem pelo Executivo municipal e fui candidato a prefeito em 2024. Quero colocar essa experiência a serviço de Mato Grosso do Sul.

Trabalho com prefeito de qualquer partido, com o governo do estado e com quem estiver executando. Cobrança é uma coisa. Obstrução é outra. Quem paga a conta da briga entre poderes é sempre o cidadão que precisava do serviço.

Este documento registra posições de voto e compromissos de atuação. Não promete resultado que dependa de outras autoridades. É uma lista pública do que vou defender, votar, fiscalizar e cobrar se receber a confiança do eleitor.

Coragem que defende nossos valores.

André Campos

Candidato a Deputado Federal · 22 10 · PL



ANDRÉ
Campos **2210**
DEPUTADO FEDERAL



SETE COMPROMISSOS

Todas as propostas deste plano estão organizadas em sete compromissos. Todos tratam de temas em que a União tem competência e sobre os quais um deputado federal vota.

1

FRONTEIRA PROTEGIDA

Presença federal permanente, tecnologia e ataque à estrutura financeira do crime organizado.

2

LEI E ORDEM

Respaldo a quem atua dentro da lei, sistema prisional que funciona, regra de armas prevista em lei e fiscalização do dinheiro público.

3

PROTEÇÃO DA MULHER E DA CRIANÇA

Resposta mais rápida para quem pede proteção e mais capacidade de investigar crimes contra crianças.

4

FAMÍLIA, FÉ E EDUCAÇÃO

Alfabetização e ensino técnico, participação das famílias, ensino domiciliar e escola cívico-militar em lei, liberdade religiosa e juventude.

5

QUEM PRODUZ NÃO É INIMIGO

Comércio, agro e indústria com segurança jurídica, crédito, energia, logística e transição tributária.

6

SAÚDE PERTO DE CASA

Consulta, cirurgia e remédio, interior, deficiência, saúde da mulher e cuidado com o idoso.

7

INTERIOR, FRONTEIRA E PANTANAL

Estrada, ferrovia, hidrovía, internet, moradia, saneamento, turismo e prevenção de incêndio.



1

FRONTEIRA PROTEGIDA

Mato Grosso do Sul tem mais de mil quilômetros de fronteira com Bolívia e Paraguai. Essa faixa é usada por organizações criminosas para o tráfico de drogas e armas e pelo contrabando.

O controle das fronteiras internacionais é responsabilidade central da União, em articulação com os estados. É em Brasília que se definem orçamento, estrutura federal e parte das regras de combate ao crime transnacional.

01

Presença federal permanente e tecnologia na fronteira

Operação temporária ajuda, mas a fronteira exige presença contínua e informação em tempo real.

Meu compromisso no mandato: defender recursos no Orçamento da União para reforçar Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal e a estrutura federal de vigilância na faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul. Defender recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para leitores de placas, sensores, drones, comunicação integrada e compartilhamento seguro de informações entre as forças. Fiscalizar a execução desses recursos e cobrar os órgãos responsáveis.

Por que isso importa: presença contínua e informação integrada aumentam a capacidade de interceptar drogas, armas e contrabando antes que avancem pelo estado.

02

Combate ao crime organizado transnacional

Meu compromisso no mandato: apoiar legislação mais rigorosa contra tráfico transnacional de drogas e armas e contra o uso de crianças e adolescentes por organizações criminosas. Votar contra mudanças que enfraqueçam injustificadamente a resposta a crimes graves.

Por que isso importa: crimes ligados a organizações transnacionais precisam receber resposta proporcional à gravidade e ao impacto que causam.

03

Atacar o dinheiro do crime organizado

Apreender carga tira o produto de circulação, mas não desmonta a organização. O que sustenta uma facção é a estrutura financeira que transforma o dinheiro da droga e do contrabando em patrimônio de aparência legal.

Meu compromisso no mandato: apoiar legislação que agilize o bloqueio e o perdimento de bens e contas ligados ao crime organizado, fortalecer os instrumentos de rastreamento financeiro e cobrar a integração entre as forças de segurança, os órgãos de controle e a inteligência financeira nas investigações de fronteira.

Por que isso importa: uma organização criminoso perde muito mais capacidade quando fica sem estrutura financeira do que quando perde uma carga.



Em 2025, as mortes violentas intencionais caíram 8,2% no Brasil. Mato Grosso do Sul seguiu na direção contrária, com aumento de 4,9%.

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, dados de 2025.

01

Do lado de quem veste farda

Meu compromisso no mandato: apoiar programas federais de capacitação, equipamentos, saúde mental e assistência aos profissionais de segurança, além de defender segurança jurídica para o agente que atua dentro da lei no cumprimento do dever.

Por que isso importa: profissionais preparados, equipados e amparados têm melhores condições de proteger a população.

02

Sistema prisional que não devolve o crime para a rua

Quase todo preso volta para a rua um dia, e quem sai sem ofício e sem estudo tem mais chance de voltar a delinquir. Ao mesmo tempo, boa parte das ordens do crime organizado sai de dentro do presídio, por telefone celular. Mato Grosso do Sul tentou resolver o bloqueio por lei estadual e perdeu no Supremo Tribunal Federal, porque legislar sobre telecomunicações é competência da União.

Meu compromisso no mandato: apoiar regras mais rigorosas de progressão de regime para crimes hediondos, crimes violentos e reincidência, respeitando a Constituição e a individualização da pena. Defender o financiamento federal do trabalho e do estudo dentro do sistema prisional. Votar a favor da instalação obrigatória de bloqueadores de sinal nos estabelecimentos prisionais e do uso de recursos do Fundo Penitenciário Nacional para compra, instalação e manutenção dos equipamentos, com padrão técnico definido pela Anatel e sem prejudicar o sinal de quem mora no entorno.

Por que isso importa: pena com consequência, saída com ofício e cadeia sem comando de fora atacam o mesmo problema: reduzir a chance de a pessoa voltar a cometer crime.



03**Armas: legítima defesa e regra prevista em lei**

As regras de posse, porte, calibre e quantidade mudaram várias vezes por decreto nos últimos anos. Quem comprou legalmente sob uma regra passou a conviver com a possibilidade de se tornar irregular por decisão administrativa.

Meu compromisso no mandato: defender o direito à legítima defesa e a posse legal de arma para quem cumpra os requisitos de registro, aptidão, treinamento e responsabilidade. Trabalhar para que os critérios centrais de posse e porte estejam previstos em lei, apresentando e apoiando alterações ao Estatuto do Desarmamento, e usar a prerrogativa do Congresso de sustar decreto que exorbite do poder regulamentar. Fiscalizar o Sinarm e os prazos de análise da Polícia Federal, e defender regra específica para o produtor rural que vive em área isolada.

Por que isso importa: regra prevista em lei só muda com o Congresso e com debate público, o que dá previsibilidade a quem cumpre a lei.

04**Dinheiro público exige fiscalização**

Meu compromisso no mandato: apoiar penas proporcionais para crimes graves contra a administração pública, mecanismos de recuperação de bens e medidas que reduzam a impunidade. Usar requerimentos de informação, comissões de fiscalização e os órgãos de controle para acompanhar contratos, convênios e emendas federais.

Por que isso importa: transparência e fiscalização aumentam a capacidade de identificar desvios e recuperar recursos públicos.



3

PROTEÇÃO DA MULHER E DA CRIANÇA

Em 2025, Mato Grosso do Sul registrou 39 feminicídios e teve a quarta maior taxa do país.

No mesmo ano, foram registrados 2.809 descumprimentos de medidas protetivas, 515 a mais do que em 2024. Conseguir uma medida protetiva é apenas uma parte da proteção. É preciso melhorar monitoramento, atendimento e resposta ao descumprimento.

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, dados de 2025.

01

A medida protetiva precisa proteger

Meu compromisso no mandato: defender recursos federais para monitoramento eletrônico de agressores, alertas de aproximação e integração entre os sistemas de segurança e Justiça. Apoiar resposta rápida ao descumprimento das medidas, inclusive medidas cautelares e prisão preventiva quando cabíveis nos termos da lei.

Por que isso importa: informação rápida sobre uma aproximação indevida pode permitir que a vítima e a polícia reajam antes de uma nova agressão.

02

Atendimento onde ela está

Meu compromisso no mandato: defender financiamento federal para ampliar o atendimento especializado no interior, incluindo estruturas de acolhimento, patrulhas especializadas, perícia, assistência jurídica e atendimento de saúde.

Por que isso importa: a vítima precisa encontrar uma rede de proteção acessível sem percorrer várias cidades ou repetir sua história em diferentes serviços.



03

Autonomia para recomeçar

A dependência financeira é uma das barreiras que dificultam o rompimento do ciclo de violência.

Meu compromisso no mandato: defender prioridade para vítimas de violência doméstica em programas federais de qualificação profissional, crédito produtivo e habitação, além do aperfeiçoamento dos mecanismos de cobrança e garantia de alimentos aos filhos.

Por que isso importa: renda e moradia aumentam a possibilidade de a mulher reconstruir a vida com independência.

04

Criança protegida na rua e na tela

Meu compromisso no mandato: cobrar a aplicação do ECA Digital, instituído pela Lei 15.211/2025, e das medidas de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes previstas na Lei 15.487/2026. Defender mais estrutura para perícia digital e apoiar aperfeiçoamentos legislativos quando surgirem novas formas de crime.

Por que isso importa: investigação rápida, preservação de provas e responsabilização dos envolvidos são essenciais para proteger crianças também no ambiente digital.



A família tem papel central na formação dos filhos. O Estado deve garantir aprendizagem, transparência na escola e liberdade religiosa, sem substituir as responsabilidades familiares.

01**Aprender no tempo certo e sair preparado para o trabalho**

Criança que termina o segundo ano sem ler chega ao resto da escola em desvantagem. E o jovem que conclui o ensino médio sem formação técnica costuma sair do estado para trabalhar.

Meu compromisso no mandato: defender financiamento federal para creche, para a alfabetização até o fim do segundo ano, para a formação de professores e para a educação em tempo integral, com avaliação transparente dos resultados. Defender a expansão do ensino técnico e profissional em Mato Grosso do Sul, com cursos ligados às oportunidades de cada região, como agroindústria, logística, energia, tecnologia e saúde.

Por que isso importa: alfabetizar no tempo certo melhora as condições de toda a trajetória escolar, e formação ligada ao mercado local amplia a chance de o jovem trabalhar perto de casa.

02**Família presente na educação**

Pais e responsáveis têm o direito de conhecer o currículo, os materiais e as atividades oferecidas aos alunos.

Meu compromisso no mandato: defender transparência dos materiais didáticos, participação das famílias e foco no aprendizado. Votar contra o uso da escola para propaganda político-partidária.

Por que isso importa: escola e família precisam conhecer suas responsabilidades e manter diálogo claro sobre a formação dos alunos.

03**Ensino domiciliar e escola cívico-militar previstos em lei**

As duas modalidades hoje dependem de decisão de governo, e não de lei. O ensino domiciliar não é proibido pela Constituição, mas depende de lei federal que ainda não existe: o projeto foi aprovado pela Câmara em 2022 e aguarda decisão no Senado. A escola cívico-militar foi criada por decreto em 2019 e extinta por decreto em 2023, e o projeto que a institui em lei foi aprovado em comissão na Câmara em 2026 e segue em tramitação.

Meu compromisso no mandato: votar pela regulamentação do ensino domiciliar quando o texto voltar à Câmara, com vínculo a uma escola, avaliação anual de aprendizagem e acompanhamento pela rede de proteção, e defender a matrícula parcial, que permite ao estudante cursar disciplinas e usar a estrutura da escola pública. Votar pela instituição em lei do programa de escolas cívico-militares, com adesão voluntária de cada estado e município, conteúdo seguindo a Base Nacional Comum Curricular e militares restritos à gestão e à disciplina, sem substituir o professor em sala de aula.

Por que isso importa: política prevista em lei não muda a cada troca de governo, e a família que escolhe uma dessas modalidades deixa de depender de decisão administrativa.



MATRÍCULA PARCIAL: COMO FUNCIONA EM OUTROS PAÍSES

Polônia — a criança é matriculada em uma escola, a direção autoriza o estudo fora dela, a escola aplica os exames anuais do currículo nacional e recebe o repasse público referente a esse aluno.

Estados Unidos — no Kansas, a rede é obrigada a aceitar a matrícula parcial em cursos e programas. Na Virgínia, o aluno em ensino domiciliar que cursa parte das disciplinas na rede entra no cálculo de financiamento.

04**Liberdade religiosa**

Igrejas e entidades religiosas de pequeno porte enfrentam insegurança em licenciamento, uso do solo, ruído e obrigações acessórias, com tratamento que varia de município para município.

Meu compromisso no mandato: defender a liberdade de culto e de expressão religiosa, a segurança jurídica das entidades religiosas quanto à imunidade prevista na Constituição e regras nacionais mais claras para o licenciamento e o funcionamento de templos. Apoiar resposta penal firme a atos de intolerância religiosa contra qualquer fé.

Por que isso importa: liberdade religiosa é direito de todos, e regra clara reduz o conflito entre as comunidades de fé e o poder público local.

05**Juventude: esporte, prevenção e acolhimento**

Esporte ocupa o adolescente no horário em que ele está mais exposto e é a política de prevenção mais barata que existe. E a maior parte das famílias que procura tratamento para dependência química chega tarde.

Meu compromisso no mandato: destinar emendas, quando cabível, para quadras e núcleos esportivos nos municípios do interior, e defender a Lei de Incentivo ao Esporte e os programas federais de apoio a atletas e técnicos, inclusive nas categorias escolar e paralímpica. Defender o fortalecimento dos programas federais de prevenção ao uso de drogas e de saúde mental na escola. Apoiar parcerias e financiamento federal para comunidades terapêuticas que cumpram critérios técnicos, respeitem os direitos dos acolhidos, sejam fiscalizadas e prestem contas dos recursos recebidos.

Por que isso importa: ocupar o contraturno e prevenir cedo reduzem o risco de o problema começar, e entidades sérias complementam o atendimento de quem já foi atingido.



5**QUEM PRODUZ NÃO É INIMIGO**

Mato Grosso do Sul cresceu produzindo e transformando. Comércio, serviços, agro, indústria, mineração e energia movimentam as cidades e geram emprego.

Quem investe precisa de regras estáveis. Fiscalização é necessária para combater irregularidades, mas burocracia e insegurança jurídica não podem punir quem cumpre a lei.

01**Comércio, serviços e o pequeno empreendedor**

O comércio e os serviços são a maior parte do emprego nas cidades do estado. O pequeno empreendedor é quem mais sofre com regra confusa e com a concorrência de quem não paga imposto, e nas cidades de fronteira isso se soma à informalidade e ao contrabando.

Meu compromisso no mandato: defender simplificação tributária e administrativa para MEIs, microempresas, pequenas empresas e prestadores de serviço, e me opor ao aumento injustificado da carga sobre quem produz e gera emprego. Apoiar os programas federais de capacitação e formalização do empreendedor. Cobrar tratamento adequado ao comércio das cidades de fronteira.

Por que isso importa: regra simples e concorrência leal são o que permitem ao comércio de bairro e ao pequeno prestador de serviço crescer e contratar.

02**Segurança jurídica e crédito no campo**

Quem planta e quem cria precisa de regra previsível e de crédito que chegue no interior, e não apenas na capital.

Meu compromisso no mandato: defender o direito de propriedade, regras mais claras e previsíveis para o licenciamento ambiental e o avanço da regularização fundiária, apoiando respostas legais a invasões ilegais dentro do devido processo. Defender o fortalecimento do FCO, do crédito rural, do seguro rural e dos programas voltados a micro e pequenas empresas, e cobrar dos bancos públicos atendimento efetivo nos municípios do interior.

Por que isso importa: previsibilidade e acesso a crédito permitem ao produtor planejar, investir e atravessar períodos de preço baixo, seca ou perda de produção.



03**Mais valor produzido em Mato Grosso do Sul**

O estado já tem cadeias industriais fortes em alimentos, celulose, mineração e energia, e ainda há espaço para transformar mais da produção aqui dentro. Ao mesmo tempo, energia cara e transporte ruim consomem parte do que o produtor e a indústria ganham.

Meu compromisso no mandato: defender instrumentos federais de crédito e investimento que estimulem agroindústria e indústria de transformação em Mato Grosso do Sul e, quando permitido pela legislação, critérios que favoreçam formação profissional e fornecedores locais. Defender segurança jurídica para a geração distribuída e me opor ao aumento desproporcional de encargos sobre quem gera a própria energia. Cobrar investimento e planejamento federal para rodovias, ferrovias e hidrovias estratégicas.

Por que isso importa: agregar valor perto da origem amplia emprego e renda dentro do estado, e reduzir custo de energia e de transporte melhora a competitividade de quem produz.

04**Reforma tributária sem perder a indústria que chegou**

A reforma tributária está em fase de regulamentação, e é o Congresso Nacional que define as regras de transição. Mato Grosso do Sul construiu boa parte da sua atração de investimento sobre incentivos fiscais que serão reduzidos de forma progressiva ao longo da transição.

Meu compromisso no mandato: acompanhar e votar a regulamentação da reforma tributária defendendo tratamento que preserve a competitividade dos estados que dependem de incentivo para industrializar. Defender critérios de distribuição do fundo de desenvolvimento regional que considerem a distância dos centros consumidores e a vocação agroindustrial do estado. Cobrar transparência sobre o impacto da transição em cada setor produtivo de Mato Grosso do Sul.

Por que isso importa: a regra de transição influencia diretamente a decisão de a indústria que chegou aqui permanecer ou procurar outro estado.



6**SAÚDE PERTO DE CASA**

Saúde é responsabilidade compartilhada entre União, estados e municípios. A União financia parte importante do SUS, e o Congresso Nacional aprova o Orçamento Federal, vota leis e fiscaliza a aplicação desses recursos. Por isso, saúde também faz parte do trabalho de um deputado federal.

01**Consulta, cirurgia e remédio**

A família procura o SUS por três coisas: consulta com especialista, cirurgia e remédio de uso contínuo.

Meu compromisso no mandato: defender recursos no Orçamento da União e destinar emendas, quando cabível, para ampliar consultas especializadas e cirurgias eletivas em Mato Grosso do Sul, cobrando transparência das filas e dos resultados dos programas que recebem recurso federal. Defender o fortalecimento da Farmácia Popular e do acesso a medicamentos de alto custo pelo SUS, e me opor a medidas tributárias que aumentem injustificadamente o preço final dos medicamentos.

Por que isso importa: transparência permite acompanhar a fila e cobrar melhor uso do dinheiro público, e ampliar o acesso a medicamento reduz o peso do tratamento no orçamento da família.

02**Saúde que chega ao interior**

Meu compromisso no mandato: defender critérios de financiamento federal que considerem distância e dispersão populacional, apoiar o custeio dos hospitais regionais, inclusive os que estão sendo implantados na região pantaneira, e defender transporte de pacientes e tele-saúde integrada ao atendimento médico.

Por que isso importa: quem mora longe dos grandes centros enfrenta custos e dificuldades diferentes de quem vive na capital.



03**Diagnóstico, terapia e apoio para pessoas com deficiência**

Famílias de crianças com deficiência e com transtorno do espectro autista esperam meses por diagnóstico e por terapia, e muitas vezes não encontram na escola o profissional de apoio a que a criança tem direito.

Meu compromisso no mandato: defender no Orçamento da União recursos para diagnóstico precoce e terapia continuada pelo SUS, e para o financiamento federal da educação especial, incluindo profissional de apoio e formação de professores. Cobrar a aplicação da Lei Brasileira de Inclusão e acompanhar os prazos de atendimento nos serviços que recebem recurso federal.

Por que isso importa: diagnóstico e terapia no tempo certo melhoram as condições de desenvolvimento da criança, e o apoio em sala de aula é o que permite que ela permaneça estudando.

04**Saúde da mulher e cuidado com a pessoa idosa**

A saúde da mulher costuma ser organizada em torno da gestação e do parto, e o climatério e a menopausa raramente encontram atendimento estruturado. Do outro lado da vida, boa parte do cuidado com o idoso recai sobre uma filha ou uma neta que deixa o próprio trabalho para cuidar.

Meu compromisso no mandato: defender no Orçamento da União recursos para a atenção à saúde da mulher no climatério e na menopausa e para a ampliação do rastreamento de câncer de mama e de colo do útero. Defender financiamento federal para centros-dia e serviços de convivência para a pessoa idosa, apoiar a atenção domiciliar pelo SUS no interior e apoiar o enfrentamento à violência e à fraude financeira contra idosos.

Por que isso importa: atendimento organizado nessas duas fases reduz adoecimento evitável e devolve autonomia a quem é cuidado e a quem cuida.



Mato Grosso do Sul não termina em Campo Grande. Quem vive no interior, na fronteira e no Pantanal precisa estar presente nas decisões de Brasília durante todo o mandato.

Nasci em Corumbá e conheço de perto o que a distância da capital representa para quem trabalha, produz, estuda ou precisa de atendimento.

01**Estrada, aeroporto e internet no interior**

Quem leva doente para a capital, vai à escola técnica na cidade vizinha ou tenta atrair uma empresa esbarra sempre no acesso. E hoje o acesso também é digital.

Meu compromisso no mandato: cobrar do DNIT manutenção e investimentos nas rodovias federais de Mato Grosso do Sul. Defender os programas federais de aviação regional, para que o aeroporto do interior tenha voo comercial e não apenas pista. Defender recursos federais e metas de cobertura para levar fibra e telefonia móvel às cidades pequenas, aos distritos e às escolas do interior.

Por que isso importa: infraestrutura confiável reduz risco e custo, e conectividade é o que permite tele-saúde, ensino a distância, banco e comércio digital chegarem a quem mora longe.

02**Rota Bioceânica, ferrovia e hidrovía: o corredor de MS**

A Rota Bioceânica pode tornar Mato Grosso do Sul um corredor ainda mais importante de comércio com os países vizinhos e com o Pacífico. Mas um corredor não se sustenta com um modal só. O que chega por rodovia até a fronteira precisa poder chegar também por ferrovia e pelo rio.

Meu compromisso no mandato: cobrar do Governo Federal estrutura aduaneira, fiscalização de fronteira, acessos e serviços públicos compatíveis com o aumento do fluxo. Acompanhar, com cronograma público, as etapas da nova concessão da Malha Oeste e da modernização e concessão da Hidrovía do Paraguai, e defender a avaliação de ramais que liguem a malha ferroviária existente ao eixo de fronteira. Defender programas de qualificação profissional e mecanismos legais que ampliem a participação de trabalhadores e fornecedores de Mato Grosso do Sul.

Por que isso importa: um corredor que integra rodovia, ferrovia e hidrovía reduz o custo do frete e aumenta a chance de a carga ser processada aqui, em vez de apenas passar.



03**Moradia com escritura e saneamento onde a rede não chega**

Muita família do interior mora há décadas em terreno sem documento, e sem escritura não há financiamento nem segurança sobre o próprio patrimônio. No saneamento, a etapa que falta é a mais cara: distritos rurais, comunidades isoladas e ribeirinhos, onde a rede convencional não chega.

Meu compromisso no mandato: defender recursos federais de habitação popular para municípios pequenos e do interior e apoiar a regularização fundiária urbana, cobrando prazo e simplificação nos programas federais. Defender recursos e financiamento para levar água tratada e esgoto às comunidades isoladas, aos distritos rurais e às áreas ribeirinhas, apoiando soluções descentralizadas onde a rede convencional não é viável, e cobrar o cumprimento das metas do marco legal do saneamento com prioridade para os municípios menores.

Por que isso importa: documento do imóvel transforma o patrimônio da família em garantia utilizável, e saneamento reduz gasto com internação, com efeito que aparece primeiro na saúde das crianças.

04**Turismo e Pantanal**

O Pantanal, Bonito, a pesca esportiva e o corredor de fronteira colocam o estado entre os destinos de maior potencial do país. Turismo gera emprego onde não há indústria. E o mesmo bioma que sustenta esse emprego precisa de prevenção permanente contra o fogo.

Meu compromisso no mandato: defender recursos federais e linhas de financiamento do setor para infraestrutura turística no interior e na fronteira, apoiar a qualificação profissional e a estruturação de destinos, e cobrar a facilitação de acesso ao turista estrangeiro que entra por Corumbá, Ponta Porã e Porto Murtinho. Defender política federal permanente de prevenção e combate aos incêndios no Pantanal, com brigadas, equipamentos, monitoramento e planejamento antes do período crítico, apoiando quem vive e produz legalmente na região e defendendo fiscalização firme contra queimadas ilegais.

Por que isso importa: turismo emprega rápido e distribui renda em cidades sem outra vocação econômica, e prevenção protege o bioma, as comunidades e a atividade de quem depende dele.



COMO VOCÊ VAI ME COBRAR

Compromisso sem prestação de contas vira discurso. Por isso, o mandato terá quatro compromissos permanentes de transparência.

01 Relatório público a cada seis meses

Publicar um balanço com projetos apresentados, votações, emendas, requerimentos, fiscalizações e ações relacionadas aos sete compromissos deste plano.

02 Voto explicado

Nas matérias diretamente relacionadas a este plano, divulgar a posição do mandato e explicar o voto de forma pública e acessível.

03 Presença em Mato Grosso do Sul

Manter escritório de apoio ao mandato em Mato Grosso do Sul e agenda regular nos municípios do interior e da fronteira, dentro das regras da Câmara dos Deputados.

04 Canal aberto

Manter canal público de atendimento para cidadãos, prefeitos, associações, entidades, igrejas e setores produtivos de qualquer município do estado, sem distinção partidária.



 ANDRÉ
Campos
2210
DEPUTADO FEDERAL

CORAGEM
QUE DEFENDE
NOSSOS VALORES